



VIOLÊNCIA, DESIGUALDADES RACIAIS E O TRABALHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CONDIÇÕES DE ACESSO AS ATIVIDADES PRODUTIVAS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO ATUAL.

Emilly de Oliveira Silva¹
Profª Drª Sheylla Maria Mendes²

RESUMO

O problema da violência vem sendo estudada por diversos pesquisadores que analisam a sociedade contemporânea. Nesses debates é comum reflexões sobre o envolvimento dos jovens na criminalidade, o aumento do encarceramento da população negra e a importância das políticas públicas para a prevenção desse fenômeno. A Constituição Federal do Brasil- CRFB de 1988 e a Lei 7. 210/ 84 de Execução Penal(LEP) evidencia que as atividades educacionais e laborais devem ser exercidas pela população carcerária sobretudo por representarem mecanismos eficientes na ressocialização dos detentos. Essa pesquisa tem como objetivo analisar os critérios utilizados pelas penitenciárias para selecionar os apenados considerados aptos a desenvolverem atividades produtivas, verificando sobretudo se a cor raça/cor/etnia dos apenados interferem nas suas possibilidades de acesso as atividades laborais. A metodologia utilizada consistiu na revisão da literatura narrativa produzida sobre essa temática especificamente no Brasil nos últimos cinco anos.. Os dados obtidos revelaram aspectos que possibilitam a permanência de uma sociedade desigual, que viola direitos assegurados na Carta Magna e na Lei de Execuções Penais. Entre eles destaca-se a permanência das desigualdades raciais nos presídios, a superlotação e precariedade nas prisões e sobretudo o descaso do poder público em não ampliar as políticas voltadas para a ressocialização. Diante disso identifica-se a necessidade do estado intervir sobre essa realidade implementando políticas públicas capazes de colaborar com a efetividade de garantias básicas asseguradas a todos os cidadãos, inclusive aqueles que se encontram sob privação de liberdade.

Palavras-chave: prisões. direito, ressocialização.

¹Aluna do curso de Direito, da Unidade Acadêmica de Direito – UAD, do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais–CCJS/UFCG, Sousa-PB. E-mail: oliveiraemilly18@gmail.com

²Doutora, Professora da Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis – UACC, do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – CCJS/UFCG, Sousa-PB. E-mail: sheylla.maria@professor.ufcg.edu.br



VIOLENCE, RACIAL INEQUALITY AND LABOR: CONSIDERATIONS ON THE CONDITIONS OF ACCESS TO PRODUCTIVE ACTIVITIES IN THE CURRENT BRAZILIAN PRISON SYSTEM

Emilly de Oliveira Silva³
Dr. Sheylla Maria Mendes⁴

ABSTRACT

The violence issue has been studied by several researchers who analyze the contemporary society. During these discussions, it is common some reflections about the involvement of young people in criminality, the increase of Black people imprisonment and the importance of public policies to prevent this phenomenon. The Brazilian Federal Constitution – CRFB from 1988 and the Law 7. 210/ 84 of Penal Action (LEP) claim that educational and labor activities should be performed by prison population, especially because they represent effective mechanisms of social reintegration of inmates. This research aims to analyze the criteria used by penitentiaries to select inmates who are considered able to develop productive activities, observing if the race / color / ethnicity of the inmates interfere in their possibilities of access to labor activities. The methodology used consisted in a narrative literature review over this theme, specifically in Brazil in the last five years. The data obtained revealed aspects which enable the possibility of an unequal society, which violates rights that are assured in the Brazilian Constitution and in the Penal Action Law. Among them, it can be highlighted the permanence of racial inequalities in penitentiaries, the overcrowding and precarity inside prisons and above all the disregard of public power in expanding the policies towards social reintegration of inmates. That said, it can be identified the necessity of an intervention from the state over this reality, implementing public policies which can cooperate with the effectiveness of basic guarantees that are assured to all citizens, including those who are in deprivation of liberty.

Key-words: prisons, rights, social reintegration.

³Law student from Academic Law Unit – UAD, of the Centro de Ciências Jurídicas e Sociais– CCJS/UFCG, Sousa-PB. E-mail address: oliveiraemilly18@gmail.com

⁴ P.h.D., Professor of the Academic Unit of Accounting Sciences – UACC, of the Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – CCJS/UFCG, Sousa-PB. E-mail address: sheylla.maria@professor.ufcg.edu.br